

A HISTÓRIA DE PERNAMBUCO ESCLARECIDA E RETIFLcada

O dr. José Antônio Gonsalves de Mello Neto enviou de Lisboa ao Reitor Joaquim Amazonas o seguinte relatório:

Lisboa 29 de fevereiro, 52. R. Anchieta 21, 3º D.

Magnífico Reitor da Universidade do Recife: Cumpro o dever de passar às mãos de V. Magnificência a primeira relação de manuscritos de interesse para a história do Nordeste e particularmente de Pernambuco, existentes nos seguintes arquivos portugueses:

- 1) Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora 1 f.
- 2) Biblioteca Nacional de Lisboa (S. de Reservados 10f.)
- 3) Arquivo Histórico Ultramarino 242f.

Tendo chegado a 23 de novembro a Lisboa e depois de obtidas da Embaixada do Brasil as necessárias credenciais para frequentar os referidos arquivos, iniciei os trabalhos a 27, na Biblioteca Nacional de Lisboa (pela manhã) e no Arquivo Histórico Ultramarino (à tarde). Na Biblioteca e Arquivo de Évora foram examinados, todos os papéis de interesse nordestino. Compõem-se na maior parte de cópias, sendo algumas de importância. Um impresso foi incluído juntamente com os MSS. Trata-se do folheto do licenciado Manuel Álvares Pegas, impresso em Évora em 1671, sobre a alegação do direito do conde de Vimioso à Capitania de Pernambuco, de que é o exemplar ali conservado um dos raríssimos - senão o único - conhecido.

Na Biblioteca Nacional de Lisboa (Seção de Reservados) foram consultados todos os códices de interesse nordestino da Coleção Pombalina e do Fundo Geral; há muitos documentos de valor, particularmente os dos códices 239 da Pombalina e 1555 do Fundo Geral.

No Arquivo Ultramarino foram examinados, uma por uma e documento por documento, 93 caixas e 125 maços de Papéis Avulsos de Pernambuco e 10 maços de Passaportes de Pernambuco e 2 caixas e 27 maços de Papéis Avulsos da Paraíba. A pesquisa prossegue nos códices gerais do Conselho Ultramarino.

Futuramente serão continuadas as pesquisas na

- 1) Torre de Tombo
- 2) Biblioteca e Arquivo do Palácio da Ajuda
- 3) Biblioteca Municipal de Porto.

Além destes, que são os mencionados na proposta que tive a honra de dirigir a V. Magnificência em 21 de junho de 1951, será conveniente estender a pesquisa ainda aos seguintes arquivos portugueses;

- 1) Arquivo Histórico do Ministério das Finanças;
- 2) Arquivo da Arma de Engenharia;
- 3) Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

No primeiro encontra-se a riquíssima documentação sobre a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759-80), só divulgada ligeiramente pelo respectivo Arquivista José Mendes da Cunha Saraiva, "Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba", Congresso do Mundo Português (19 vols., Lisboa 1940, X, pp. 139-177). No segundo conserva-se preciosa coleção de mapas e plantas do maior interesse para o nosso Estado e da qual se conhece a relação constante

do Catálogo de Exposição de Cartografia Nacional (Sociedade de Geografia de Lisboa) Lisboa 1904 (especialmente os mapas sob nº 1057, 1075, 1134, 1136, 1154, 1156 e 1175), No terceiro, o da Biblioteca da Universidade de Coimbra, há os relacionados por Francisco Morais, Catálogos dos Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra relativos ao Brasil, Coimbra 1941, 127 pp.

Com a documentação desses arquivos e bibliotecas públicas e eventualmente, com a de algum arquivo particular, como o Cadaval, onde se tem indicação da existência de manuscritos de interesse pernambucano, como seja um relatório de Francisco de Brito Freyre sobre a restauração de Pernambuco do domínio holandês, através de comunicação da ilustre historiadora portuguesa Dra. Virgínia Raul, que é das contadas pessoas que lá têm acesso - a Universidade do Recife terá, sem dúvida, a maior e melhor coleção de fontes históricas existentes no Brasil sobre um só Estado.

O que uma coleção destas representa para o ensino e estudos superiores de história, é escusado salientar. Devo entretanto, referir que o interesse do ensino tem sido devidamente considerado no curso de minhas pesquisas - entre outras cousas, reunindo uma indispensável documentação para estudos paleográficos (de interesse brasileiro) dos séculos XVI e XVII, de modo a familiarizar o acadêmico com os diversos tipos de letra, de algarismo, de abreviaturas, indicações e cronologias, etc.

A documentação relacionada nas folhas seguintes é toda dos séculos XVII a XIX ou, mais precisamente e na sua maior parte, do período 1644-1808 e 1821-1822. A do século XVI deverá ser fornecida sobretudo pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ainda por pesquisar.

A seleção de toda a documentação foi feita visando a um melhor conhecimento da história de Pernambuco nos seus diversos aspectos. Nenhuma orientação particular ou interesse especial do investigador interferiu na escolha do material. Aí estão elementos para estudos de história política e administrativa, militar, religiosa, das artes e ofícios, social, econômica, etc.

O que apresenta de novo, no seu conjunto, a documentação relacionada? Embora a dificuldade de, de memória - Porque não há tempo para repassar os manuscritos -, resumir uma coleção muito variada de mais de 10.000 folhas, menciono:

Guerra holandesa: além da magnífica coleção das várias cartas originais de João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros (inclusive o original do seu testamento), Francisco Barreto, Henrique Dias, fr. Matheus de São Francisco e um precioso (e único até hoje conhecido) autógrafo do D. Antônio Felipe Camarão há um valiosíssimo documentário sobre as condições da luta no campo luso-brasileiro. A devastação causada pela guerra, levou a extremos de miséria e penúria os combatentes brasileiros e isto está muito bem indicado em vários papéis da coleção. Ao lado disto, o exame das "Consultas do Conselho Ultramarino" - particularmente nos códices de registro de todas elas, que constarão do meu segundo relatório - permite acompanhar, através dos despachos régios, a atitude de D. João IV com relação aos "insurgentes" pernambucanos, tendo em consideração a repercussão diplomática que teria seu apoio a eles. Os membros do Conselho - e particularmente o Marquês de Montalvão - deram desde a primeira hora, a sua simpatia aos pernambucanos e não se cansavam de insistir junto ao Rei pela remessa de munições, mantimentos e tropas para Pernambuco. A coleção concernente à guerra holandesa relacionada nos anexos a este relatório, é valiosíssima e apresenta um sem-número de informações e detalhes da maior importância.

Restauração: fatos decorrentes da reorganização política e administrativa do governo de Pernambuco, em seguida à Restauração e os aspectos sociais e jurídicos das relações entre os antigos proprietários de chãos no Recife e Santo Antônio e de engenhos abandonados e os possuidores das benfeitorias ou os que haviam adquirido esses imóveis aos holandeses - pela confirmação deles constam de vários documentos relacionados e de outros que constarão do segundo relatório.

Devassamento territorial: a tese de Capistrano de Abreu de que a ocupação do território do agreste e sertão pernambucanos se fez de dentro para fora, pelos baianos e paulistas - já muito abalada pelos que estão melhor informados acerca de documentação histórica - encontra em muitos documentos desta coleção formal desmentido, permitindo verificar a organização administrativa e militar em fins do século XVII no Ararobá e sertões do Buíque, em particular. A viagem de Bernardo Vieira de Melo ao Ararobá, em fins deste século (AHU cód. 18, fls. 419v - 422v.), a exploração de minas de salitre no Buíque e os elementos que se colhem da leitura do códice 239 da Coleção Pombalina da BNL (fls. 129, 150, 208, 228, 348-353) permitem afirmar que o território pernambucano estava em 1690 devassado e ocupado por gente de Pernambuco.

Desenvolvimento dos centros-urbanos particularmente do Recife: encontra-se na coleção uma larga documentação para esse estudo, inclusive uma ótima coleção de plantas do bairro do Recife e vistas ou prospectos da mesma cidade.

Engenheiros, arquitetura civil e fortificações: particular atenção foi dada à documentação sobre a atividade dos engenheiros que de Portugal vieram para o Brasil. Nos documentos há referências a Francisco de Frias da Mesquita, Cristóvão Álvares e aos capitães engenheiros a partir de João Coutinho. De Diogo da Silveira Velozo e João de Macedo Côrte Real - o primeiro dos quais esteve em Pernambuco perto de 30 anos, desde a primeira década do século XVIII - há grande número de papéis e plantas por ele assinados. Uma vista do largo da Penha (cerca 1790) é do maior interesse, pois apresenta a fachada da primitiva Igreja de N. Sra. da Penha, as casas do capitão João de Souza Rangel (a quem deve o nome a rua do Rangel) e a Ribeira de venda de Peixe mandada construir por D. Tomaz José de Melo (1787-1798).

Ensino público, há larga documentação sobre o ensino, quer o ministrado pelos padres Jesuítas quer pelos da Congregação do Oratório de S. Felipe Neri e ainda pelos Professores Régios após a reforma Pombalina. Sobre Antônio Francisco Bastos - tão elogiado por Fr. Caneca - e sobre o professor de desenho padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro há vários papéis. Companhia do Comércio de Pernambuco e Paraíba: particularmente importante é a documentação que já se reuniu aqui sobre esta Companhia, de tão marcada importância na vida econômica de Pernambuco. Com o exame dos MSS do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e do Arquivo dos Feitos Findos (dependência da Torre do Tombo) ter-se-á concluído a mais ampla e completa coleção sobre esta instituição.

Conspiração dos Suassunas: completamente elucidada fica essa chamada "conspiração", com vários documentos e os próprios autos de devassa.

Como mencionei, este é um muito ligeiro apanhado dos principais pontos da documentação reunida, vista em conjunto. Na verdade não é exagero afirmar que ela encerra uma riquíssima série de informações sobre todos os aspectos da história pernambucana no período 1644-1808, o que a leitura dos apensos demonstrará cabalmente.

Concluirei pedindo a V. Magnificência desculpas pelo fato de irem os apensos em cópia datilografada e não os originais; é que os Arquivos exigem, em original, a relação dos MSS a microfilm e seria, parece-me, despesa desnecessária à organização de novas relações.

Não sei se devia juntar ao presente uma relação das pequenas despesas já feitas (a microfilmagem atualmente em curso ainda não foi paga); o receio de anexar comprovantes a uma remessa via aérea, fez com que me decidisse a apresentá-los oportunamente com a prestação final de contas. V. Magnificência determinará como devo proceder a respeito.

Reafirmando a V. Magnificência o meu mais sincero propósito de colaborar com a Reitoria no seu programa de tão grande importância para o ensino e estudos superiores em Pernambuco, apresento a V. Magnificência expressões de respeitosa consideração. - (as.) José Antônio Gonsalves de Mello.

Fonte: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Diário de Pernambuco**. Recife, 30 mar., 1952.